Estado de Sergipe
Município de Indiaroba
Prefeitura Municipal de Indiaroba

Secretaria Municipal de Controle Interno

Relatório Trimestral do Controle Interno

Janeiro – Março
2017

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONTROLE INTERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA
01 DE JANEIRO - 31 DE MARÇO DE 2017

I - INTRODUÇÃO

Em atendimento às exigências legais em vigor, fundamentado no artigo 74 da CF/88, no artigo 80 da Lei 4.320/64 e em observância ao que dispõe a Resolução do Tribunal de Contas de Sergipe nº 206 de 1º de novembro de 2001, esta Secretaria Municipal de Controle Interno realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Prefeitura Municipal relativa ao **1º Trimestre** do corrente exercício, com os resultados delineados nos parágrafos a seguir.

II - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS :

A princípio apresentamos o PPA - Plano Plurianual do Município como norteador de ações para o quadriênio 2013/2017 sendo aprovado pela Lei Municipal n° 497 de 05 de Novembro de 2013.

Em fase posterior apreciamos a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para vigorar no exercício financeiro de 2017 com aprovação através da Lei Municipal n° 536 de 24/10/2016 apresentando compatibilidade com os dispositivos constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal n° 537 de 10/01/2017 após ser vetada para correção formal, estimou a receita e fixou a despesa em **R$ 38.500.000,00 (Trinta e oito milhões e quinhentos mil)**, assim distribuídos:

RESUMO PREVISÃO X FIXAÇÃO	
Receitas Correntes	41.331.000,00
Receitas de Capital	900.000,00
Dedução do FUNDEB	3.731.000,00
CONSOLIDAÇÃO	**38.500.000,00**
Despesas Correntes	35.994.994,00
Despesas de Capital	2.194.006,00
Reserva de Contingencia	311.000,00
CONSOLIDAÇÃO	**38.500.000,00**

III - RECEITA E TESOURARIA

DADOS SOBRE ARRECADAÇÃO

Visando um detalhamento no controle de arrecadação efetivo confeccionamos o extrato demonstrativo ilustrado abaixo com os valores arrecadados, arrecadação acumulada, bem como as estimativas que se pretende realizar na execução do exercício financeiro de acordo com o Planejamento Orçamentário da LOA.

FONTES DE RECEITA	PREVISÃO ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ARRECADADA ACUMULADA	ESTIMADO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	**41.331.000,00**	**9.945.244,72**	**9.945.244,72**	**31.385.755,28**
Receita Tributária	875.000,00	66.240,17	66.240,17	808.759,83
Receita Patrimonial	70.000,00	57.641,17	57.641,17	12.358,83
Receita de Serviços	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências Correntes	40.360.000,00	9.809.576,71	9.809.576,71	30.550.423,29
Outras Receitas Correntes	21.000,00	11.786,67	11.786,67	9.213,33
RECEITAS DE CAPITAL	**900.000,00**	**39.502,46**	**39.502,46**	**860.497,54**
Alienação de Bens	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Capital	895.000,00	39.502,46	39.502,46	855.497,54
Dedução do FUNDEB	3.731.000,00	936.470,45	936.470,45	2.794.529,55
TOTAL	**38.500.000,00**	**9.048.276,73**	**9.048.276,73**	**29.451.723,27**

IV - DOS DISPÊNDIOS

DESPESAS EMPENHADAS - LIQUIDADAS – PAGAS

Trimestre	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)	Pago(R$)
1º Trimestre	27.673.160,55	8.642.275,38	8.353.189,12
Até 31/03/2017	**27.673.160,55**	**8.642.275,38**	**8.353.189,12**

V - DOS BENEFÍCIOS E DOAÇÕES CONCEDIDAS

Analisando os registros contábeis, em especial às despesas efetivamente liquidadas, constatamos que esta Prefeitura Municipal desembolsou recursos no importe de **R$ 40.941,63 (quarenta mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos)** com doações a pessoas carentes, assim distribuídos:

Outros Auxílios Financeiros	11.082,77
Material de Distribuição Gratuita	29.858,86
TOTAL	**40.941,63**

Ressalte-se que a ocorrência dessas despesas está fundamentada na Lei 506, de 27 de Maio de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e normatização para concessão de benefícios dessa matéria.

VI - DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO COM SERVIDORES

Neste primeiro trimestre foram concedidas 4 (quatro) diárias a servidores e agentes políticos com finalidade de deslocamento a trabalhos diversos no valor totalde **R$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais)**. Os processos de concessão de diárias são realizados com base nos valores fixados no Decreto Nº 46 de 18/01/2017.

VII - DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

No trimestre em análise, houve consumo de combustível no valor de R$ 124.139,31, que se encontram devidamente liquidados no período. Atualmente o município conta com um quantitativo total de 58 veículos, distribuídos da seguinte forma:

ORIGEM	QUANTIDADE
Próprios	44
Locados	14

VIII - ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

As informações correspondentes aos materiais, estoques e patrimônio desta municipalidade estão devidamente controladas através de sistema informatizado, estando todos os setores orientados em manter os bens devidamente registrados. No período foram desembolsados com investimento patrimonial, obras e materiais de consumo de acordo com o extrato abaixo:

Item	Valor liquidado
Material de Consumo	409.324,75
Obras	120.570,23
Equipamentos e Material Permanente	30.266,90
Total	**560.161,88**

IX - CRÉDITOS ADICIONAIS

No período auditado foram abertos créditos adicionais natotalidade de R$ 8.673.365,34. Esse volume representa um percentual orçamentário de 22,52%, e está fundamentado no artigo 43 da Lei 4.320/64.

X - LIMITES E GESTÃO FISCAL

SUBSÍDIOS

No tocante aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, os valores por cargo estão deliberados de acordo com o artigo 2º, inciso I, II e III da Lei nº 535 de 21 de Outubro de 2016. Para melhor visualização foi confeccionado e extrato abaixo:

Item	Valor Fixado	Valor Recebido
Prefeito	24.000,00	24.000,00
Vice-Prefeito	16.000,00	16.000,00
Secretários	7.596,57	6.200,00

Conforme solicitado através comunicação oficial do Tribunal de Contas de Sergipe – TCE/SE, essas informações foram encaminhadas dentro do trimestre a este conceituado órgão controlador externo.

REPASSE DO PODER LEGISLATIVO

A título de repasse ao legislativo, o duodécimo deve ser repassado no exercício para o Poder Legislativo, de acordo com o dispositivo constitucional do artigo 29-A. Acrescentamos que até o período em análise foram processados dentro do prazo repasses no montante de R$ 368.505,99 estando, portanto, dentro do limite estipulado pela legislação vigente.

GASTOS COM ENSINO

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
Receita de impostos e transferências	4.996.352,21
Valor Aplicado na Manut. eDesenv. do Ensino	430.571,23
Percentual aplicado	27%
Déficit/Superavit	**117.953,63**

FUNDEB

GASTOS COM FUNDEB – 60%	
Receita do FUNDEB	4.248.857,64
60% da receita do FUNDEB	2.549.314,58
Valor Aplicado na Remuneração do Magistério	3.259.753,96
Percentual Aplicado	76,72%
Déficit/Superavit	**710.439,38**

GASTOS COM A SAÚDE

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	
Receita de Impostos e Transferências	4.996.352,21
Valor Aplicado em Ações e Serviços de Saúde	830.782,66

Percentual aplicado	17%
Superávit	**81.329,83**

ANÁLISE DA DESPESA COM PESSOAL

A despesa total com pessoal incorridano período em análise, apurada de acordo com o dispositivo do art. 18, § 2°, da Lei Complementar Federal n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se superior ao limite imposto pela legislação vigente. Nesta contabilização houve a incidência dos gastos do ultimo mês do trimestre, somados aos 11 meses que o antecederam. O detalhamento dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal poderá ser apreciado no extrato abaixo, bem como, nos próximos Relatórios Trimestrais de Auditoria.

Receita Corrente Líquida	39.168.823,95
Despesa com Pessoal	30.916.870,40
Percentual – Relação LRF	**78,93%**

Diante dos informes contábeis acima encontramos uma situação em que o limite máximo da despesa apresenta conformidade com o artigo 20 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa seara foi encaminhado relatório informativo ao chefe do executivo para ciência e tomada das providências legais para enquadramento nos moldes legais.

CONCLUSÃO

Diante dos exercícios de auditoria desenvolvidos nos papéis de trabalho produzidos pela Contabilidade disponibilizados a esta controladoria, referentes ao período de **Janeiro a Março de 2017**, concluímos que os atos, fatos, operações e procedimentos administrativos desta municipalidade encontram-se em parcial conformidade com os princípios da contabilidade pública e nas normas técnicas de procedimentos contábeis.

Indiaroba (Se), 27 de Abril de 2017.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 35/2017

Estado de Sergipe
Município de Indiaroba
Prefeitura Municipal de Indiaroba

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do **Exercício de 2017**, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente a fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 35/2017